

LOGÍSTICA REVERSA

Roberto Rodrigues*

Em tempo de pandemia cresce no mundo toda a importância da segurança alimentar e da qualidade do alimento e aumenta a exigência de consumidores quanto à sustentabilidade dos sistemas de produção, com ênfase para a questão ambiental. Isso é bom porque a preservação dos recursos naturais é essencial para as futuras gerações, mas também se deve separar o que é legítimo do que é apenas jogada de mercado ou má fé de agentes anti-desenvolvimentistas.

E há quem não queira modernizar a legislação que trata de defensivos agrícolas no Brasil. A lei que cuida do assunto, número 7802, data de 1989, está superada e atrasa a aprovação das novas moléculas que reduzem a agressividade ao meio ambiente, à saúde humana e animal. Há um PL na Câmara dos Deputados, número 6299, que busca uma atualização modernizadora.

Em compensação, o setor tem outra legislação, a lei federal 9974/00, que estabeleceu os princípios para o manejo e a destinação ambientalmente correta das embalagens vazias de defensivos agrícolas a partir de responsabilidades compartilhadas entre todos os agentes da produção agropecuária - agricultores, suas cooperativas, canais de distribuição, Indústria e poder público. Todo este conglomerado é coordenado pelo inpEV - Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias, uma notável instituição criada em 2001 exatamente para dar praticidade e cumprimento a essa Lei extraordinária que é referência no mundo. Surgiu então a “logística reversa”, a ação integrada que permite a coleta de embalagens vazias depois de seu conteúdo ter sido utilizado nas fazendas. Para proceder a essa atividade, o inpEV instituiu o Sistema Campo Limpo, cujo conceito básico é a “responsabilidade compartilhada”. Cada um dos elos da cadeia produtiva tem um papel a cumprir. Os produtores entregam as embalagens vazias em suas cooperativas ou distribuidores de insumos que os processam e direcionam para diferentes usos, inclusive das indústrias produtoras de agroquímicos.

No Brasil, 94% das embalagens primárias, as que entram em contato direto com o produto, recebem destinação correta pós-consumo. Antes da existência de processo integrado, as embalagens eram utilizadas inadequadamente ou ficavam abandonadas nas fazendas, em ambos os casos negativamente para o meio ambiente. Na França, segundo melhor colocada no mundo, a destinação é de 77%, no Canadá 73%, Japão e Austrália 50% e nos Estados Unidos apenas 33%, ocupando o nono lugar.

Mais de 100 empresas fabricantes de defensivos agrícolas, distribuidores e entidades representativas do setor fazem parte do inpEV, um exemplo de coordenação setorial, num jogo de ganha-ganha.

Aliás, a lei federal 12.305 de 2 de agosto de 2010 criou a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dez anos depois do setor rural cuidar da logística reversa com a competência que tem hoje. Se na cidade também houvesse uma ação integrada como a promovida pelo inpEV, seguramente nosso córregos, rios, oceano e lixões seriam muito menos poluídos.

A nova legislação de defensivos agrícolas, quando vier, vai fortalecer esse projeto exemplar do agronegócio brasileiro que, sem dúvida, lhe dá uma vantagem comparativa global.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, Embaixador Especial da FAO para as Cooperativas e Titular da Cátedra de Agronegócios da USP.**